

Acerca de uma possível teoria teleonômica de justiça

Ezequiel Martins

Mestre em Filosofia pela PUC-Campinas

*A espécie humana pode mudar a sua própria natureza. O que escolherá? Permanecerá a mesma, vacilando sobre uma base mal construída de adaptações parcialmente obsoletas da Idade do Gelo? Ou avançará em direção à inteligência e à criatividade ainda mais elevadas, acompanhadas de maior — ou de menor — capacidade de reação emocional? (WILSON, Edward O. *Da natureza humana*. p. 206)*

Introdução

Neste texto pretendemos, assumindo a tese de que o ser humano é uma sofisticada máquina químico-biológica, desenvolver as implicações que essa tese traz para as recentes discussões da ética-normativa. Conforme será visto, por um lado, colocada sob a perspectiva evolucionista, esta tese levanta problemas candentes. Por outro lado, ela também lança uma nova luz para antigos problemas éticos como o problema da justiça, o problema da possibilidade de direcionar as transformações sociais rumo aos ideais éticos humanos, o problema da liberdade, e ainda o problema de como relacionar a natureza humana como ela é com aquilo que ela deveria ser, sem incorrerem naquele erro que George Moore denominou de Falácia Naturalista. Acreditamos não somente que isso é possível, como

também cremos que, contrariamente ao que Moore sustenta no capítulo II de sua obra *Principia Ethica*, o moderno evolucionismo tem muito a dizer à ética normativa.

Apenas uma máquina química

A idéia central de que lançamos mão para tentar desenvolver uma teoria da justiça evolucionista é a idéia de teleonomia; por conseguinte pode ser útil para o leitor um esclarecimento anterior acerca do sentido em que essa palavra será usada aqui. De maneira um tanto simplificada, podemos dizer que um órgão é uma solução endossomática de uma espécie para um problema de sobrevivência, operacionalizada via seleção natural. Noutras palavras, um órgão como a mão humana é o resultado de um desenvolvimento de um projeto teleonômico. E, de forma mais ampla, se encararmos a vida como um todo, podemos afirmar que o seu problema fundamental é a sua reduplicação, o que permite a sua conservação e multiplicação.

Jacques Monod diz: "Para sermos mais precisos, optaremos por definir arbitrariamente o projeto teleonômico essencial como o que consiste na transmissão, de uma geração à outra, do conteúdo de invariância característico da espécie. Todas as estruturas, todas as performances, todas as atividades que contribuem para o sucesso do projeto essencial serão, portanto, chamadas de <teleonômicas>." (MONOD, Jacques. *O acaso e a necessidade*. p. 25)

Conforme sabemos, a vida vem obtendo sucesso no seu projeto. E, diante desse complexo fenômeno, *animistas* e *vitalistas* conceberam princípios teleonômicos através dos quais tentavam explicar o fenômeno da vida como um processo necessário e ordenado, cujo ponto culminante seria a espécie humana. Há indisfarçáveis elementos religiosos nessas teorias. Isso parece indicar que o ser humano sempre quis ver-se como um ser à parte. A principal evidência disso é que até hoje,

a despeito da simplicidade cristalina da teoria da seleção natural, há uma relutante dificuldade na sua assimilação. Segundo o evolucionista Stephen Jay Gould: "Só na década de 40 do nosso século é que passou a predominar e, mesmo hoje em dia, embora constitua o núcleo da teoria evolutiva, é mal interpretada, mal aplicada e citada erroneamente."

A dificuldade em assimilar a teoria de Darwin deve-se principalmente ao fato de que ele deu um duro golpe nas milenares pretensões de animistas e vitalistas; Darwin ensinou-nos que não temos quaisquer boas razões para sentirmo-nos como seres à parte no universo; traduzindo para a terminologia mais atualizada e mais chocante de Jacques Monod "... os seres vivos [e aí devemos incluir o ser humano] são máquinas químicas." Antes de prosseguir no desenvolvimento da tese de Monod é oportuno reafirmar aqui, uma vez que essa tese parece contra-intuitiva para muitos, que da teoria de que somos "máquinas químicas" não decorre dedutivamente, conforme muitos parecem pensar, que a vida humana não tenha qualquer valor.

Muito pelo contrário, filósofos como Bertrand Russell, que sustentaram a idéia de que somos "máquinas químicas" durante toda a sua existência, jamais deixaram de acreditar no valor da vida ...

Russell diz: "A religião, tendo a sua origem no terror, dignificou certas espécies de medo, fazendo com que não sejam encaradas como coisas vergonhosas. Nisso, prestou à humanidade um grande desserviço, pois que todo medo é um mal. Penso que, quando morrer, apodrecerei, e que nada do meu eu sobreviverá. Não sou jovem e amo a vida. Mas desdenharia tremer de terror ante a idéia do aniquilamento. A felicidade não é menos felicidade nem menos verdadeira por ter de chegar a um fim; tampouco o pensamento e o amor perdem o seu valor por não serem eternos. Muitos homens se portaram com altivez no cadafalso - e, certamente, essa mesma altivez deveria ensinar-nos a pensar com

acerto no lugar do homem no mundo.” (RUSSELL, Bertrand. *Porque não sou cristão*. p. 58)

Retomando a tese de Monod, a capacidade incrível e complexamente construtiva das proteínas de que somos constituídos se deve ao exercício de suas funções demoníacas “... de formar, com outras moléculas, complexos *estereoespecíficos* e *não-covalentes* ...”. Noutras palavras, embora parcialmente se deva creditar ao acaso a morfogênese dos complexos seres vivos, isso também se deve a certas propriedades, tanto da forma espacial como da facilidade com que as proteínas permitem certas ligações com outras moléculas, possibilitando a formação e multiplicação de organismos vivos (complexas estruturas), com um gasto mínimo de energia, e pouco dependendo de agentes externos.

Assim, segundo Monod, os seres vivos possuiriam as seguintes características:

1. São máquinas que se constroem a si mesmas, isto é, cuja morfogênese é autônoma;
2. São máquinas que se reproduzem de forma fiel, ou seja, possuem a propriedade da invariância reprodutiva;
3. São máquinas teleonômicas, isto é, possuem um projeto inscrito em suas estruturas, que realizam determinadas *performances*.

Dessa forma, o refinamento teleonômico das espécies vivas que conhecemos foi o resultado de um microscópico assimilamento de informações que se processou ao longo de milhões de anos, devido às pressões que as condições externas exercem sobre nós. Entretanto, não há dúvida de que nem sempre as soluções encontradas pelas espécies no embate com o meio ambiente foram as mais “inteligentes”. Segundo Konrad Lorenz, isso se deve a que ...

“A seleção recai, pois, sobre aquilo que, no momento e sob as condições predominantes, promete a geração da maior prole possível, e não sobre aquilo que a

longo prazo seria útil à preservação da espécie, ou seja, não sobre o que tem sentido teleonômico." (KONRAD, Lorenz. *A demolição do homem*. p. 42)

O pesadelo do determinista físico

Antes de extrair as implicações éticas da tese tanto de que o ser humano é uma "máquina química", quanto de que a evolução das espécies vivas é, parcialmente, regida por acontecimentos casuais, importa determo-nos nas objeções do determinismo físico, uma vez que, se o determinismo físico estiver certo, a casualidade e, por conseguinte, a liberdade humana não passam de ilusões que são frutos de nossa ignorância.

O determinismo físico é a teoria de que todos os fenômenos do mundo empírico são rigidamente controlados, até mesmo em seus mínimos detalhes, por leis universais. O fato de intuitivamente acreditarmos que determinados fenômenos (como o movimento irregular das moléculas no interior de uma nuvem) são caóticos deve-se a nossa ignorância das leis que regem esses movimentos. Caso tivéssemos um conhecimento detalhado das interações das moléculas no interior da nuvem, poderíamos perceber, por detrás do aparente caos do movimento dessas moléculas, a regularidade rígida que governa essas interações. Noutras palavras, "*... nuvens são relógios* – mesmo a mais anuviada das nuvens." A implicação ética, nem sempre explicitada e admitida pelos deterministas físicos, é de que o ser humano não seria um agente capaz de deliberar livremente, pois as deliberações humanas nada mais seriam do que ilusões ou "*... no máximo subprodutos ('epifenômenos') de eventos físicos.*"

Porém, no início do nosso século, as teses do indeterminismo físico, isto é, de que nem todos os acontecimentos são predeterminados com precisão absoluta, recuperaram o papel do acaso nas discussões entre os físicos. De fato, sabemos que mesmo a mais precisa das medições dos físicos (por exemplo, da velocidade de um corpo em movimento) não consegue eliminar uma certa "margem de erro" devido a problemas de

atrito, imperfeições mecânicas do aparelho medidor, e assim por diante. Essa impossibilidade da predeterminação precisa garante a ocorrência de *exceções*, recuperando uma vez mais o papel do acaso no mundo dos fenômenos.

Entretanto, esse simples resgate do papel do acaso ainda não resguarda a possibilidade da liberdade humana, pois que se n fatores puramente casuais podem com igual força influir ou deixar de influir em um ato praticado por um ser humano, de novo, a liberdade humana não parece ser algo mais do que uma mera ilusão. Dessa forma, tanto no universo fechado do determinista físico, quanto no universo aberto do indeterminista físico, a liberdade humana afigura-se implausível.

A fim de fazer face a esse problema da "implausibilidade da liberdade humana", Popper socorre-se não só do indeterminismo físico, como também das teses evolucionistas. Por um lado, ele necessitava do indeterminismo porque em última instância, só há lugar para a liberdade humana em um universo indeterminista, sendo que esse indeterminismo não é incompatível com a existência de uma certa regularidade no universo. Por outro lado, a necessidade do evolucionismo surge porque Popper precisava de uma teoria que mostrasse que a invenção da linguagem, que surgiu e foi aperfeiçoada segundo um longo processo evolutivo, possibilitava o exercício de um controle plástico no mundo físico, facultando ao ser humano a eliminação dos erros de determinadas teorias, e de forma seletiva e consciente escolher livremente a melhor teoria.

Durante o processo evolutivo, a espécie humana desenvolveu "órgãos externos", objetos exossomáticos como casas, instrumentos e principalmente a linguagem. Esse desenvolvimento exossomático da linguagem aumentou o poder de exploração e adaptação do ser humano ao ambiente. De maneira geral, no que diz respeito às funções da linguagem, Popper caracteriza quatro funções como mais importantes. A função *simtomática ou expressiva* refere-se aos sinais lingüísticos — por exemplo, o "alegre" cantarolar de um pássaro — que encontramos até em espécies inferiores. A segunda função da linguagem seria a *liberalizadora ou sinalizadora*. A primeira função da

linguagem relaciona-se intimamente, embora não se confunda com ela, com a segunda na medida em que a *expressão sintomática* de um organismo vivo, por exemplo um barulho como o bater de asas de um pássaro que alça vôo, pode estimular ou evocar uma reação em um segundo organismo vivo que pode responder ao primeiro imitando o seu comportamento. Essas duas funções inferiores da linguagem são comuns a homens e animais.

As funções superiores da linguagem, que pertenceriam somente à espécie humana, seriam as funções *descritiva* e *argumentativa*. Destas, segundo Popper, a segunda é a mais importante, pois é ela que permite ao ser humano uma atitude crítica e racional. Ora, é essa atitude crítica e racional que possibilita ao ser humano exercer um controle plástico sobre as suas ações; e um controle com retrocarga.

Popper diz: "... o controle de nós mesmos e de nossas ações pelas nossas teorias e propósitos é um controle plástico. Não somos forçados a nos submetermos ao controle de nossas teorias, porque podemos discuti-las criticamente e podemos rejeitá-las livremente se pensarmos que não atingem nossos padrões reguladores. Assim o controle está longe de mostrar parcialidade. Não só nossas teorias nos controlam, como podemos controlar nossas teorias (e mesmo nossos padrões); existe aqui uma espécie de retrocarga. E se nos sujeitarmos a nossas teorias, fá-lo-emos então livremente, após deliberação; isto é, depois da discussão crítica de alternativas e depois de escolher livremente entre as teorias concorrentes, à luz daquela discussão crítica." (POPPER, Karl. *Conhecimento objetivo*. pp. 220-221)

Sem dúvida alguma, uma solução elegante e razoável do problema da liberdade humana. Responde tanto ao pesadelo do determinista físico (ou seja, a idéia de que tudo no universo estaria rigidamente determinado), quanto às não pequenas dificuldades do indeterminismo físico (a indeterminação total

também não permite e emergência da liberdade). Mas, em nossa opinião, Popper não parece ter levado na devida consideração (talvez por não acreditar que isso fosse relevante) o fato de que em não poucas vezes o nosso subconsciente influencia, mais do que podemos perceber ou desejar, as nossas tomadas de decisão. O complexo processo controlado pela seleção natural que culminou com a emergência da consciência na espécie humana implantou em nós, via refinamento teleonômico, poderosos impulsos que não raro “enganam” a nossa consciência. As modernas técnicas de propaganda são um exemplo eloqüente de como pessoas, que aparentemente gozam de um estado de consciência plena, podem ser induzidas a fazerem aquilo que o fabricante deseja e não aquilo que mais lhes conviria. Uma lição que podemos tirar disso é que somente é possível ampliar a liberdade, ou seja, o dispor consciente do nosso repertório de comportamentos, caso a entendamos como o resultado de uma sofisticada construção teórica que exige de nós um esforço considerável, juntamente com um conhecimento mais profundo acerca do modo como os nossos impulsos inconscientes são manipulados, o que pode moldar, sem que nos apercebamos disso, nossas tomadas de decisão. Em consequência, é plausível concluirmos que, em um sentido amplo, a imensa maioria das pessoas não é tão livre quanto acredita. Os produtos do mundo da cultura podem restringir, e na verdade acreditamos que eles estão restringindo, consideravelmente essa “liberdade”. A esse respeito Konrad Lorenz diz:

*“Praticamente todas as emoções e sentimentos instintivos podem ser atingidos por meios e métodos propagandísticos e publicitários; para que esses procedimentos tenham efeito é essencial, como aponta corretamente Aldous Huxley, que a pessoa não tome consciência de que o que tem diante de si é nada mais do que um símbolo de seu desejo, e não da satisfação do seu desejo (...) [e mais adiante conclui] O efeito perigoso deste tipo de propaganda é que, pouco a pouco, as pessoas se acostumam a desdenhar o raciocínio e a verdade.” (LORENZ, Konrad. *A demolição do homem*. p. 141)*

É claro que com essas considerações não pretendemos afirmar que Popper seja um adversário declarado dos ideais éticos humanos, muito pelo contrário; é por demais conhecida a sua luta pelos ideais éticos mais nobres que possuímos. Apenas queremos ressaltar que talvez ele não tenha vislumbrado adequadamente a ameaça que a influência dos impulsos inconscientes traz para a sua solução do problema da liberdade. A principal implicação disso é que há a necessidade de um conhecimento mais profundo do modo como o nosso inconsciente pode ser manipulado não somente para podermos ampliar a nossa liberdade, como também para conservá-la, uma vez que esse conhecimento faculta-nos perceber com mais clareza em que medida os impulsos podem exercer influência em nossas deliberações que, não raras vezes, são "conscientes" apenas na aparência.

Conseqüências da aleatoriedade da filogênese

Uma das constatações mais importantes que a perspectiva evolucionária possibilita, para o filósofo evolucionista que se ocupe com a ética-normativa, é perceber o fato de que o desenvolvimento exossomático exponencial realizado pela espécie humana operou um profundo desajuste entre a espécie humana e o *hábitat* radicalmente novo por ela criado.

Os ancestrais da espécie humana, durante alguns milhões de anos, mantiveram interações extremamente diversas das que são atualmente praticadas com o meio circundante. E isso de tal forma que mesmo uma avaliação crítica dessas transformações quer das suas conseqüências nocivas, quer das suas conseqüências benéficas para a espécie humana ainda parece-nos longe de satisfatória.

Há não muito tempo atrás, os nossos ancestrais caçavam, coletavam frutos e, um pouco mais tarde, conseguiram produzir o seu próprio alimento a partir da invenção da agricultura. Porém, tais atividades eram realizadas por pequenas comunidades que dependiam para sobreviver amplamente de fatores externos que elas não podiam controlar.

Com a invenção da linguagem escrita, há aproximadamente 5 mil anos atrás, a espécie humana conseguiu, após um penoso esforço de milênios, controlar e usar a seu favor em uma escala jamais vista múltiplos fenômenos da natureza. Referimo-nos aqui à revolução científico-tecnológica que mudou drasticamente aquele estado de coisas. De quase reféns da natureza, passamos a senhores transformando até mesmo desertos em terras agricultáveis.

No entanto, a velocidade exponencial em que essa transformação se desenvolveu colocou a espécie humana diante de um descompasso entre as suas características estruturais e comportamentais e um meio circundante cujas radicais mudanças científico-tecnológicas criaram uma "tensão" desajustadora. Não apenas nos sentimos intimidados diante da velocidade quase que diária de transformações a que assistimos, mas também é a própria sobrevivência da espécie humana que os produtos exossomáticos parecem estar ameaçando. A citação a seguir propicia-nos uma pequena idéia da dramaticidade da nossa situação.

"O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu hábitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir o seu poder; movimentos sociais de massas e nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter

algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão." (BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. p. 16)

Essa constatação é importante para o filósofo da ética normativa porque esse desajuste influi diretamente no comportamento humano. Ora, na medida em que o filósofo elabora prescrições éticas à luz de um princípio racional básico, é importante saber em que medida essas prescrições favorecem ou não certas interações sociais que ajustem o comportamento humano a preceitos éticos e racionalmente defensáveis. E, uma simples comparação entre a forma como as interações sociais ocorriam há milênios e a forma como acontece hoje permite a percepção de uma imensa diferença qualitativa nessas interações, o que demonstra a gravidade de certas escolhas. Noutras palavras, "... o mundo do conteúdo do pensamento e, é claro, dos produtos da mente humana ..." é real, e o simples fato de sua existência pode modificar o mundo da realidade física.

Portanto, sendo a ética normativa um saber prático, um saber sobre o que fazer, a eficiência do princípio orientador das ações no mundo depende vigorosamente do sentido desse processo. Hoje sabemos que esse sentido é aleatório e não necessário. Assim sendo, isso aumenta a nossa responsabilidade moral no que se refere ao sentido desse processo; pois, se permitirmos que esse sentido tenda para a barbárie e para a dissolução da cultura ocidental, a responsabilidade é exclusivamente nossa.

Em resumo, o ponto fundamental que desejamos chamar a atenção aqui é a idéia de que um comportamento pode ser teleonomicamente orientador se for adotado por todos os membros de uma espécie. Dessa forma, esta implicação a longo prazo tem de ser considerada pelo filósofo que pretenda construir uma teoria ética normativa, na medida em que a sua não consideração pode levar a resultados diversos daqueles pretendidos por ele. À guisa de esclarecimento, tomemos no-

vamente, apenas em caráter hipotético, a tese de Lorenz, a que já nos referimos, de que o uso de certos métodos propagandísticos *pode* ter como conseqüência habituar as pessoas a “desdenhar o raciocínio e a verdade”. Dado que, ao elaborar a sua teoria ética, o filósofo presumivelmente esteja se inspirando na idéia de um sujeito ético racional, o fato de que certos produtos culturais estejam cultivando irresponsavelmente a irracionalidade humana constitui-se em um obstáculo para o projeto desse filósofo. No entanto, o grave problema de que os objetos estéticos do Mundo 3 também influenciam poderosamente os nossos comportamentos não parece preocupar os filósofos conseqüencialistas, já que, no que se refere à importância de uma crítica qualificada a determinadas concepções estéticas contemporâneas, há — por parte deles — uma omissão pura e simples. Ora, se isso é verdadeiro, então caberia aqui a questão sobre qual seria o tipo de sociedade que fenômenos estéticos como este apontam? É praticamente desnecessário lembrar aqui que nem tudo que é vantajoso para a sobrevivência da espécie humana é moralmente correto.

Jacques Monod diz: “Além disso, é evidente que a escolha inicial deste ou daquele tipo de comportamento freqüentemente poderá ter uma influência de longo alcance, não só para a espécie onde pela primeira vez se manifestará sob forma rudimentar, mas também em toda a sua descendência (...) [e logo a seguir ele exemplifica] Foi porque os ancestrais do cavalo muito cedo escolheram viver na planície e fugir à aproximação de um predador (e não tentar defender-se ou esconder-se), que a espécie moderna, na seqüência de uma longa evolução compreendendo múltiplos estádios de redução, atualmente caminha na ponta de um só dedo.” (MONOD, Jacques. *O acaso e a necessidade*. pp. 144-145)

De um possível princípio teleonômico de justiça

Postas todas estas constatações à luz da perspectiva evolucionária, ao nosso ver as questões que se afiguram são as se-

guintes: Sobre qual princípio ou idéia orientadora podemos guiar-nos a fim de possibilitar a operacionalização desse ajuste? Sendo aleatório o sentido desse processo, o que significaria essa própria pretensão de ajuste entre as características estruturais e comportamentais da espécie humana e esse revolucionário *hábitat* exossomático em constante transformação?

A resposta a essas candentes questões poderá parecer irritantemente simples, mas ao nosso ver, perfeitamente plausível. A comunidade dos seres racionais e de boa vontade *deve* orientar o sentido desse processo na direção de uma futura comunidade que possa garantir, de fato, a igualdade, a liberdade, o mérito, o respeito pelas idéias alheias, e assim por diante.

Noutras palavras, a comunidade dos seres racionais deve buscar implementar, respeitando-se as liberdades alheias, as modificações estruturais e comportamentais úteis a longo prazo para a espécie humana. O uso da palavra "úteis" aqui é fortemente valorativo e diz respeito a todas aquelas "vivências subjetivas" que operam como catalisadores da operacionalização da comunidade teleonômico-ética. É óbvio que talvez a comunidade teleonômico-ética nunca venha a se realizar plenamente, mas todo passo dado nesse sentido é uma obrigação moral de qualquer ser humano que realmente acredite nessas idéias, pois ainda que não possamos chegar à perfeição, pelo menos podemos aproximar-nos desse objetivo de longo prazo, o que significa um avanço em relação à situação presente. Lembremo-nos também de que as sociedades jamais são estáticas e que problemas éticos como a liberdade são uma tarefa interminável em toda a existência humana e que renascem a cada geração. A liberdade é um desafio constantemente colocado para cada ser humano em particular. Não existem soluções "definitivas" para esses problemas.

No entanto, embora o ato que funda o sentido do processo seja aparentemente voluntarista, acreditamos ser possível, se não uma justificação racional-dedutiva dessa fundação, pelos menos avançarmos alguns arrazoados que justifiquem parcialmente essa opção. No caso da espécie humana, essa opção é eleita via *discussão crítica* seletiva das pessoas racionais porque

elas acreditam — ou pelo menos parece razoável que elas devam acreditar — que uma sociedade que garanta a liberdade, a igualdade, o mérito, o respeito pelas idéias alheias é *melhor*, do ponto de vista racional, do que uma sociedade que não as garanta. Submetida a uma discussão crítica seletiva de teorias éticas concorrentes, pensamos que as seguintes vantagens incidentais podem ser apontadas.

Em primeiro lugar, o motivo principal para que a comunidade racional assuma a responsabilidade pela orientação do sentido da programação teleonômica é o seguinte. É inegável que há um processo evolucionário em curso e todos os organismos vivos, inclusive a espécie humana, estão sujeitos a esse processo. E, na medida em que não temos garantias suficientes tanto de que um Deus infinitamente bondoso e onipotente, como também um miraculoso princípio teleonômico estejam conduzindo esse processo rumo a um fim eticamente bom; não seria temerário e eticamente questionável deixarmos ao sabor do acaso um processo cujas conseqüências podem ser fatais à espécie humana? Com base em que argumentos morais podemos manter e legar às futuras gerações essas, para usar uma expressão de Nietzsche, “loucuras de milênios” que habitam em nós? Será esta uma atitude responsável e defensável do ponto de vista racional? Em resumo, uma grande vantagem desta teoria consiste em que ela não só nos diz o que fazer com certas estruturas teleonomicamente programadas há milhões de anos, que além de inúteis são potencialmente perigosas ante o meio radicalmente modificado em que vivemos; mas também nos indica que tipo de características comportamentais devemos estimular, a fim de realizar plenamente o ajuste.

Outra vantagem incidental seria o fato de que a adoção dessa perspectiva permite o controle e o uso da perspectiva da seleção natural, não para cumprir cegamente os desígnios para os quais a seleção natural programou inintencionalmente os nossos organismos individuais, mas para realizar uma programação que venha ao encontro de nossos ideais éticos. Isto é, a adoção desta perspectiva paradoxalmente nos possibilita “condicionarmos” a espécie humana a ser livre na medida em

que ela mesma se programará de acordo com os seus objetivos racionais e livremente escolhidos, e não apenas irrefletidamente executará a programação imposta de forma subliminar pela seleção natural. Noutras palavras, ela enfoca a idéia de que um *simples* comportamento ético pode ser teleonomicamente orientador, uma vez que ele pode ter um efeito multiplicador. Popper percebeu a importância fundamental que *simples* comportamentos podem ter a longo prazo.

“Adotando um novo tipo de comportamento, o indivíduo pode mudar o seu ambiente. Mesmo uma árvore pode introduzir uma raiz numa fenda entre duas rochas, separá-las à força, e assim ter acesso a um solo de composição química diferente daquele que a circunda. Mais significativamente ainda, um animal pode adotar conscientemente uma preferência por um novo tipo de alimentação, como resultado de tentativas. Isto significa mudar o seu ambiente, uma vez que novos aspectos do ambiente ganham novo significado biológico (e ecológico). Deste modo, preferências individuais e habilidades podem conduzir à seleção, e talvez mesmo à construção de um novo nicho ecológico pelo organismo.” (POPPER, Karl. *O eu e seu cérebro*. p. 30)

A terceira vantagem incidental dessa proposta é a idéia de que uma comunidade racional afasta, por exemplo, a possibilidade de se delegar os poderes de fundação desse sentido a um carismático “ditador benévolo”. Toda e qualquer decisão acerca do ajuste *espécie humana/invenções exossomáticas* deve ser submetida à *discussão crítica* seletiva da comunidade racional.

Por tudo isso, pensamos ser razoável impor, ao caótico processo de interações sociais que vem modificando a espécie humana, um direcionamento ético de interações que aponte para sociedade teleonômico-ética. O grau de razoabilidade, se é que existe, das opiniões contrárias à orientação teleonômica parece-nos tão baixo, que não hesitaríamos em classificar como irresponsável tal posição. Certamente que está aberta a discussão sobre o problema acerca de quais características es-

truturais e comportamentais deveriam ser estimuladas ou atrofiadas, a fim de operacionalizar este ajuste. No entanto, a omissão pura e simples no que diz respeito à essa necessidade de ajuste parece-nos irracional e inconcebível. O princípio teleonômico racional de justiça que pretendemos sugerir para orientar essas ações de implementação poderia ser o seguinte: *Sempre favoreça ou pratique, sem deixar de respeitar as liberdades individuais, atos ou gestos comportamentais que possam ser úteis a longo prazo, para a criação de uma comunidade teleonômico-ética.*

No entanto, cabe aqui uma justificativa sobre a necessidade da ressalva “sem deixar de respeitar as liberdades individuais”, pois alguém pode perguntar: por que, em uma comunidade teleonômico-ética, a liberdade é necessária? Na perspectiva evolucionista, a resposta afigura-se muito simples. As liberdades individuais *sempre* serão fundamentais em uma comunidade teleonômico-ética, porque, caso o ambiente se modifique radicalmente — e a transformação parece ser a autêntica “essência” do mundo moderno — os membros da comunidade têm de ter uma elasticidade mutacional que garanta uma readaptação funcional face a essas mudanças. Por outro lado, historicamente sabemos que todas as sociedades que atingiram uma estabilidade imposta ditatorialmente enrijeceram a sua estrutura a tal ponto que perderam a sua capacidade de transformação, nos momentos cruciais em que esta foi exigida.

Um outro ponto de fundamental importância que desejamos enfocar aqui é a idéia de que essas “variações úteis a longo prazo” a que o princípio de justiça em questão se refere seriam o resultado dos gestos e comportamentos racionais sintonizados com as idéias de liberdade, igualdade, mérito, respeito pelas idéias alheias etc. Noutras palavras, pretendemos dizer que estes gestos e comportamentos são teleonomicamente justos.

Essa necessidade de se chamar a atenção para este ponto se deve ao fato de que há um outro tipo de comportamento teleonomicamente orientador, só que este segundo tipo não tem qualquer compromisso com aqueles ideais éticos arrolados

acima. Na verdade, comportamentos desse segundo tipo são por demais abundantes. Por exemplo, comportamentos guiados por convicções "inabaláveis".

Conclusão

Em síntese, a adesão espontânea daqueles que crêem na razão humana a essa necessidade de exercer um *controle plástico* das características estruturais e comportamentais do ser humano, em consonância com os nossos mais caros ideais, é uma condição *sine qua non* para a viabilidade desse ajuste. Acreditamos ser isso possível devido à razoabilidade do projeto trazido à baila. A razão é a única instância capaz de julgar adequadamente a sua conveniência. Lembremo-nos, porém, de que se o ser humano fracassar como espécie no que se refere ao seu aperfeiçoamento ético, isso pode significar a sua extinção. Enfim, essa competição intra-específica-suicida, isto é, entre os membros de uma mesma espécie, que tantos genocídios causou ao longo da história, tem de chegar a termo. É nossa exclusiva responsabilidade levar a cabo essa imensa tarefa.

Bibliografia

- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés, Editora Schwarcz, São Paulo, 1986.
- CHILDE, Gordon V. *O que aconteceu na História*. Trad. Wal-tensir Dutra, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1966.
- GOULD, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. Trad. Maria Elizabeth, Martins Fontes, São Paulo, 1992.
- LORENZ, Konrad. *A demolição do homem: crítica à falsa religião do progresso*. Trad. Horst Wertig, Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.
- MONOD, Jacques. *O acaso e a necessidade*. Trad. Bruno de Palma e Pedro Paulo Sena Madureira, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1989.

- MOORE, G. E. *Principia Ethica*. New York: Prometheus Books, 1988.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Así habló Zaratustra*. Trad. Introducción, traducción e notas de Andrés Sánchez Pascual, Alianza Editorial Madrid, Madrid, 1994.
- POPPER, Karl. *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Trad. de Milton Amado, Editora Itatiaia, Belo Horizonte; São Paulo, Ed. da USP, 1975.
- _____ e ECCLES, John C. *O eu e seu cérebro*. Trad. Sílvio Meneses Garcia, Helena Cristina Fontenelle Arantes, e Aurélio Osmar Cardoso de Oliveira, Papirus, Campinas-SP, UnB, Brasília-DF, 1991.
- RUSSELL, Bertrand. *Ética e política na sociedade humana*. Trad. de Nathanael C. Caixeiro, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.
- _____. *Porque não sou cristão*. Trad. Brenno Silveira, Ed. Livraria Exposição do Livro, São Paulo, 1972.
- SPENCER, Herbert. *First principles*. Reprint of the edition 1904, Osnabrück Otto Zeller, 1966.
- WILSON, Edward O. *Da natureza humana*. Trad. Geraldo Florsheim e Eduardo D'Ambrósio, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.